

● Governo federal ● Investigação no MEC

Delegado da PF relata 'interferência' em ação; prisão de Ribeiro é revogada

— Bruno Calandrini, responsável pela investigação, aponta 'tratamento privilegiado concedido' ao ex-ministro da Educação; desembargador Ney Bello derruba ordem de juiz

SÃO PAULO
BRASILIA

Durou menos de 24 horas na carceragem da Polícia Federal em São Paulo a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro — alvo da Operação Acesso Pago, iniciada após o **Estado** revelar o "gabinete paralelo" do MEC. O delegado Bruno Calandrini, responsável pela investigação, relatou "interferência" e apontou "tratamento privilegiado concedido" ao ex-auxiliar do presidente Jair Bolsonaro. O caso será investigado pela corporação.

A pedido da PF, Ribeiro e os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos foram presos preventivamente (portempo indeterminado), antontem. Foram para domiciliar o ex-assessor da prefeitura de Goiânia Helder Bartolomeu e o advogado Luciano Musse. O juiz Renato Borelli, da 15.ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, viu risco de "ocultação ou destruição" de provas. O desembargador do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1) Ney Bello, porém, derrubou a ordem por "ausência de contemporaneidade" — ou seja, Ribeiro deixou de ser ministro.

O **Estado** mostrou em série de reportagens publicadas a partir de março que, com acesso livre ao então ministro, Santos e Moura controlavam a agenda do MEC e atuavam para acelerar a liberação de recursos federais para municípios. Segundo relatos de prefeitos, os religiosos cobravam propina em dinheiro e até em barras de ouro.

Bolsonaro chegou a afirmar que colocaria a "cara no fogo" pelo ministro pastor, mas Ribeiro deixou o governo "a pedido". Antontem, o presidente disse "que ele responda pelos atos dele" e que "a PF está agindo": "É um sinal de que eu não interfiro na PF". Ontem, após a soltura, reconheceu exagero, porém voltou a defender o ex-auxiliar de Esplanada: "Eu boto a mão no fogo por Milton Ribeiro", disse, em live semanal (*mais informações nesta página*).

Preso em Santos, Ribeiro não foi levado a Brasília, como determinara Borelli. O ex-ministro permitiu em São Paulo e faria a audiência de custódia por videoconferência. Ao de-



Carro com mala deixa sede da PF para despistar jornalistas; Ribeiro saiu do prédio sem ser fotografado

Bolsonaro diz agora que bota 'a mão no fogo' por ex-ministro

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem, em sua live semanal, que a investigação da Polícia Federal que resultou na prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro não é um caso de corrupção. "Não foi corrupção da forma que se via em governos anteriores. Foi história de fazer tráfico de influência, é comum", disse.

Bolsonaro criticou a ordem de prisão emitida pela Justiça Federal e revogada,

ontem, pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1). "Eu falei lá atrás que botava a cara no fogo pelo Milton. Eu exagerei, mas eu boto a mão no fogo por ele, como bô por todos os meus ministros. Pelo que conheço deles, dificilmente vai cometer ato de corrupção."

"Praticou corrupção passiva, cadê o ativo? Por que não tá preso prefeito?", questionou. O presidente disse ainda que teve acesso ao processo, que estava em sigilo. Alegou que o Judiciário havia liberado o acesso, o que não foi confirmado pela Justiça Federal. ●

xar a Superintendência da PF, na Lapa, zona oeste, um esquema da defesa foi capaz de despistar a imprensa, o que impediu que Ribeiro fosse fotografado.

Em mensagem de agradecimento enviada à equipe que participou da operação, Calandrini afirmou que a ida do ex-ministro à carceragem em São Paulo "é demonstração de interferência na condução da investigação". Ele disse não ter "autonomia investigativa e administrativa para conduzir o inquérito policial do caso com independência e segurança institucional".

As informações sobre a mensagem foram divulgadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*. O **Estado** também teve acesso à in-

gra. Após a mensagem vir a público, a PF, em nota, disse ter aberto procedimento para apurar "boatos" de "possível interferência". A corporação afirmou ter o objetivo de "garantir a autonomia e a independência funcional do delegado".

DECISÃO SUPERIOR. Calandrini disse que, "por decisão superior", não iria haver o deslocamento de Ribeiro para Brasília. "Manterei a postura de que a investigação foi obstaculizada", escreveu o delegado. Segundo ele, Ribeiro "foi tratado com honrarias não existentes na lei, apesar do empenho operacional da equipe de Santos que realizou a captura" e "esta-

va orientada a escoltar o preso até o aeroporto em São Paulo para viagem a Brasília".

Advogado de Ribeiro, Daniel Bialski afirmou que o ex-ministro foi alvo de uma espécie de "ativismo eleitoral". "Ele (Ribeiro) falou: 'Eu não fiz nada errado, não cometi nenhum crime, eu sou absolutamente inocente de todas as imputações. Sei que fui utilizado como forma de ativismo por causa das circunstâncias políticas e da eleição que está próxima'", afirmou Bialski.

Segundo o advogado, o ex-ministro ficou "abalado" com a prisão "descabida". Ele acusou ainda o juiz Borelli de "ativismo judicial" e "abuso de autoridade" e disse que Ribeiro foi preso apenas pelo fato de "ter sido ministro do governo Bolsonaro", que é pré-candidato à reeleição.

FUNDAMENTOS. Borelli, ao fundamentar a decisão pela prisão preventiva, argumentou haver a necessidade de manter a ordem pública e impedir a reiteração de novas infrações. Segundo o juiz, a adoção de medidas cautelares alternativas, como solicitado pelo Ministério Público Federal (MPF), seria "inadequada e insuficiente".

"Nesse contexto, resta comprovada a existência do 'periculum libertatis', eis que os investigados, em espécie de 'gabinete paralelo', estavam inseridos no contexto político do

País ao ocuparem cargos de destaque no Poder Executivo federal, o que lhes possibilita proceder de forma a interferir na produção, destruição ou mesmo ocultação de provas que podem ser úteis ao esclarecimento de toda a trama delitativa", escreveu Borelli, em despacho de segunda-feira.

Borelli atendeu ao pedido da PF e quebrou os sigilos bancários de Ribeiro, Moura, Santos, Bartolomeu e Musse, de janeiro de 2020 a abril deste ano. A medida atingiu, ainda, parentes dos suspeitos e mais quatro empresas. Foram cumpridos também 13 mandados de busca e apreensão em Goiás, São Paulo, Pará e DF.

Segundo a decisão de Borelli, a PF afirmou que Ribeiro deu "prestígio" a atuação dos pastores. A corporação afirmou, ainda, que houve "infiltração" no MEC. O juiz citou que a conta de Bartolomeu, genro de Moura, foi usada para receber propina, e a manifestação da PF dá destaque para a nomeação de Musse como gerente de projetos da Secretaria Executiva do MEC. Para a PF, a escolha demonstra a "sophisticada da atuação agressiva" da organização criminoso.

'Quarentena' Milton Ribeiro receberá salário de R\$ 26 mil do governo por 6 meses, mesmo fora do MEC

RESPALDO. O MPF, por sua vez, disse que, "ao que tudo indica", os crimes sob suspeita foram praticados com o respaldo de Ribeiro. A Procuradoria citou os crimes de "corrupção ativa, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa, todos em contexto de organização criminosa", mas foi contra o pedido da PF de prisão.

Bello, do TRF-1, destacou essa orientação do MPF ao revogar as prisões. Ele é um dos desembargadores cujo nome consta na lista elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e enviada para Bolsonaro, que indicará dois novos ministros para a Corte. ● **FAUSTO MACHADO, PÉPITA ORTEGA, RAYSSA MOTA, GUSTAVO QUERÓZ E JULIA AFFONSO**

Juiz que determinou prisão é alvo de 'centenas de ameaças'

Justiça Federal do DF encaminhou pedido de investigação à Polícia Federal; após decisão, magistrado é chamado de 'juiz ativista'

PEPITA ORTEGA
JÚLIA AFFONSO

O juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, recebeu "centenas de ameaças" de apoiadores do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, contra quem o ma-

gistrado expediu ordem de prisão preventiva anteciente. A decisão se deu na investigação sobre o "gabinete paralelo" instalado no MEC com favorecimento de pastores na distribuição de recursos públicos – o caso foi revelado pelo Estadão. Segundo a Justiça Federal do DF, já foram encaminhados pedidos de investigação para a Polícia Federal (PF). O órgão não detalhou de que modo se deram as ameaças.

Bolsonaristas recuperaram ontem uma decisão de Borelli, proferida em junho de 2020, para tentar atacar a ordem de



Renato Borelli, juiz da 15ª Vara Federal Criminal do DF

prisão de Ribeiro. Na ocasião, Borelli determinou que o presidente Jair Bolsonaro fosse obrigado a usar máscara nos espaços públicos de Brasília, sob pena de pagar multa diária – decisão que foi derrubada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região dois dias depois.

MOTIVAÇÃO. Mensagens publicadas por aliados do presidente insinuam que o juiz teria alguma motivação ideológica para perseguir o presidente, mas o histórico de decisões de Borelli não atesta essa tese (*mais informações nesta página*).

O nome do juiz foi compartilhado pelos perfis do deputado Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP) e do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), – filhos do presidente –, e o ex-secretário de Incentivo à Cultura André Porciúncula classificou a deci-

ção como "ativismo judicial". "Sim, o juiz que sentenciou o presidente a usar máscara é o mesmo que mandou prender o ex-ministro Milton", afirmou Eduardo Bolsonaro.

Reação
Bolsonaristas citam uma decisão de Borelli, de 2020, para tentar atacar a ordem de prisão de Ribeiro

Além de juiz federal, Renato Borelli é palestrante e professor de Direito Administrativo em um curso preparatório para concursos. O magistrado dedica suas redes sociais a promover o curso, mas desde ontem tem recebido comentários nos quais é chamado de "comunista ativista" e "juiz esquerdista". ●

Magistrado já condenou políticos do MDB e do PT

O juiz Renato Borelli tem em sua carreira um histórico de decisões contrárias a políticos de diferentes partidos, como PT e MDB, além do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em 2016, na 20ª Vara Federal, Borelli condenou o ex-deputado João Paulo Cunha, do PT, e o empresário Marcos Valério, envolvidos no escândalo do mensalão, por improbidade

administrativa. O juiz decretou a Cunha o ressarcimento de R\$ 10,9 milhões aos cofres públicos, e a Marcos Valério, R\$ 536,4 mil.

Em 2017, na mesma Vara,

Borelli determinou a suspensão da assistência médica oferecida pela Câmara ao ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (MDB), ex-assessor especial do então presidente Michel Temer, e o obrigou a devolver salários recebidos no período em que esteve afastado do car-

go por decisão judicial.

CRIVELLA. Em 2018, o juiz decretou o bloqueio de mais de R\$ 3 milhões do ex-prefeito do Rio Marcelo Crivella (Republicanos), que na época havia sido citado em uma ação por improbidade administrativa. ●

CGU contradiz versão de Milton Ribeiro sobre relação com religiosos

Ex-ministro disse que havia se afastado de Arilton Moura, mas relatório do órgão cita a venda de um carro para o pastor

JULIA AFFONSO
BRASÍLIA
FAUSTO MACEDO
PEPITA ORTEGA
RAYSSA MOTTA
SÃO PAULO

Documentos da investigação sobre o gabinete paralelo mandado ao Ministério da Educação contradizem versão que o ex-ministro apresentou ao ex-ministro Milton Ribeiro sobre sua relação com os pastores suspeitos de cobrar propina em troca da liberação de recursos para municípios.

Após o Estadão revelar, em março, a atuação dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura no MEC, Ribeiro alegou que estava afastado dos religiosos havia pelo menos sete meses. O então ministro da Educação disse ainda que, em agosto do ano passado, tinha denunciado a dupla à Controladoria Geral da União (CGU).

Um relatório da CGU que faz parte do inquérito, no entanto, cita a negociação de um carro entre as famílias de Ribeiro e de Moura, em fevereiro deste ano. Segundo o documento, Victoria Gansley Amorim Correia Bartolomeu, filha do pastor Arilton Moura, comprou um Kia Sportage de Myrian Ribeiro, mulher do ex-ministro da Educação.

"Em desfavor da argumentação do sr. Milton Ribeiro (que tentou demonstrar que adotou postura de distanciamento do pastor), pesa também o fato de ter realizado a venda de um automóvel ao sr. Arilton após as denúncias", afirmou a CGU no parecer.

Ainda de acordo com o relatório da CGU, Ribeiro falava sobre a transação de forma natural. O órgão ouviu o atual ministro da Educação, Victor Godoy Vieira, e o chefe de gabinete do ministro, Djaci Vieira, que confirmaram que Ribeiro comentou sobre o negócio.

"Em desfavor da argumentação do sr. Milton Ribeiro (que tentou demonstrar que adotou postura de distanciamento do pastor), pesa o fato de ter realizado a venda de um automóvel ao sr. Arilton após as denúncias."

Controladoria-Geral da União
Em relatório

Anteciente, a defesa do ex-ministro admitiu que houve um depósito de R\$ 50 mil na conta de Myrian Ribeiro. O advogado Daniel Bialski disse que o valor era oriundo da venda de um carro e foi repassado por familiares de Moura que compraram o veículo.

Na gestão Ribeiro, o MEC foi capturado por Moura e Santos. Sem vínculos com o setor de ensino, a dupla facilitou o acesso ao ministro e partici-

pa de agendas em que eram discutidos as prioridades da pasta e o uso dos recursos.

'CONVERSAS.' Após a revelação sobre a existência do gabinete paralelo, Ribeiro disse em entrevistas que tinha informado a CGU, em agosto de 2021, sobre "conversas estranhas" de Moura. Na época, o então ministro da Educação declarou ainda que, após encaminhar as denúncias ao órgão, só manteve os encontros com o pastor para não levantar suspeitas. Em entrevista concedida à CNN Brasil, Ribeiro disse que "não aceitou nenhum tipo de agenda fora do MEC".

JANTAR. O Estadão mostrou, porém, que publicações nas redes sociais de um profeta recém-saído da cadeia contrariavam as declarações do então ministro. Cinco dias depois de sair da prisão sob suspeita de integrar uma organização criminosa que atua no garimpo ilegal de ouro, o profeta de Centro-Novo do Maranhão, Junior Garimpeiro (Progressistas), divulgou imagens de um jantar reservado no qual foi recebido por Ribeiro. Quem promoveu o encontro num apartamento de Brasília, em dezembro do ano passado, foi o pastor Arilton Moura.

Junior Garimpeiro e o pastor ainda se reuniram com o ministro em setembro, na adega de um hotel de luxo, em São Luís. Nas duas ocasiões, registradas nas redes sociais por Garimpeiro, o religioso já estava sob suspeita de atuação indevida no MEC. ●

Para lembrar

Prazo recorde para liberação de recursos

● Acesso
Os pastores evangélicos Gilmar Santos e Arilton Moura (*foto*) conquistaram acesso privilegiado ao MEC, mesmo sem ter cargo na máquina pública ou qualquer vínculo com a área da educação.

● Agilidade
O gabinete paralelo formado pelos pastores obteve uma taxa de agilidade na liberação de verbas da pasta para municípios fora dos padrões de repasses federais.

● Comparação
Em um dos casos, uma prefeitura conseguiu o empenho de parte do dinheiro pleiteado apenas 16 dias depois do en-

contro mediado pelos religiosos, o que não é usual. Em 2021, por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) quitou empenho de R\$ 198,7 mil à Secretaria de Educação de Pernambuco cuja data original era de novembro de 2021.

Municípios

PELO MENOS 48 MUNICÍPIOS FORAM CONTEMPLADOS APÓS ENCONTROS COM OS PASTORES ENTRE OS PRIMEIROS MESES DE 2021 ATÉ MARÇO DESTA ANO, SENDO 26 DESDE COM RECURSOS PRÓPRIOS DO FNDE. O RESTANTE RECEBEU DISTRIBUIÇÃO DE EMENDAS DO ORÇAMENTO SECUNDÁRIO.



GILMAR SANTOS E ARILTON MOURA

Pastor pediu R\$ 100 mil por evento no interior de SP, diz empresário

O empresário José Edvaldo Brito, de Piracicaba (SP), relatou à Controladoria-Geral da União (CGU) que o pastor Arilton Moura pediu R\$ 100 mil para levar um evento do Ministério da Educação à região. O valor, segundo ele, seria um "auxílio para obras missionárias" de uma igreja ligada ao religioso.

Brito disse que acreditou na "boa-fé" do pastor e conseguiu articular um pagamento de R\$ 67 mil "para colaborar com as ações filantrópicas" do religioso. De acordo com o empresário, um "singelo" identificado como Danilo Pélpe Franco transferiu o valor para três contas ligadas a Moura.

Um dos depósitos, de R\$ 30 mil, é tratado pela Polícia

Federal como pagamento de propina e foi enviado para a conta do genro do religioso, Heilder Bartolomeu. Outros R\$ 20 mil foram depositados na conta do advogado Luciano Musse, apontado por investigadores como "máfia" pelos pastores no Ministério da Educação.

Musse acompanhava os pastores em agendas no MEC. Em abril do ano passado, o advogado passou a trabalhar na pasta, como gerente de projetos. O homem de confiança dos pastores tinha acesso a dados privilegiados do ministério na Secretaria Executiva, órgão que gerencia e administra a estrutura do MEC. Após a queda do ministro, Musse também perdeu o cargo.

Ao encontrar os depósitos, a Controladoria-Geral acionou a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF). ● **F.M., P.A., R.F. E J.A.**

Oposição reúne apoios para criar CPI no Senado

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A oposição conseguiu o número de assinaturas suficientes para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ministério da Educação. O governo age para barrar a abertura da investigação, após a prisão e soltura do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, e deve recorrer ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

(PSD-MG), que já manifestou resistência à criação de uma CPI neste momento.

O pedido foi apresentado ainda em março, após o Estadão revelar o "gabinete paralelo" controlado por pastores para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ministério da Educação. O governo age para barrar a abertura da investigação, após a prisão e soltura do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, e deve recorrer ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

O líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede AP), conseguiu 28 assinaturas para o requerimento de instalação da CPI, uma a mais do que as 27 necessárias. Os senadores Ale-

xandre Godiano (MDB-SP) e Izalci Lucas (PSDB-DF) se juntaram ao grupo ontem.

Randolfe quer chegar a 30 assinaturas para apresentar oficialmente o pedido ao presidente do Senado, o que pode ocorrer na próxima terça-feira.

Pacheco já disse, porém, que o momento pré-judicial "prejudica" o escopo de uma CPI. Com o requerimento protocolado, o presidente do Senado pode determinar a instalação da CPI, negar o pedido ou mesmo deixá-lo na gaveta. ●



Flávio dá nova versão sobre demissão no MEC

Numa tentativa de distanciar a prisão do ex-ministro da Educação do presidente Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse ontem que Ribeiro deixou o MEC, em março, por ordem de seu pai. Na época da demissão, porém, o governo afirmou que ele havia saído do cargo "a pedido", como registrado no Diário Oficial.

"Enquanto Bolsonaro afasta o ministro, a PF faz investigação isenta, governos como o de Dilma tentavam promover

o Lula ministro para que não fosse preso por corrupção", diz Flávio em um vídeo divulgado por sua assessoria.

Ná época da demissão também foi divulgada carta de Ribeiro em que ele prometia voltar ao cargo. "Demonstramos a minha inocência, estarei de volta." Na versão final, o documento foi alterado: "Despeço-me de todos que me apoiaram". ●

A COLUNISTA LILIAN KAPLANINHA ESTÁ DE FÉRIAS E VOLTARÁ NO DIA 23 DE JUNHO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 10, 12 e 16